

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal de Ouro Preto Secretaria dos Órgãos Colegiados



## **RESOLUÇÃO CUNI Nº 1.494**

Altera a Resolução CUNI n.º 1.480, que resolve sobre normas de avaliação de desempenho docente no período de estágio probatório.

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 259ª reunião ordinária, realizada em 24 de maio de 2013, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de adequação da Resolução CUNI nº 1.480 a norma à Medida Provisória n.º 614, que alterou a Lei n.º 12.772/2012,

## RESOLVE:

Art. 1°. Alterar o § 1° do artigo 1°, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.	10											
AI t.		 	 	 	 • • • • •	 	 	• • • • •	 • • • •	• • •	 • • • •	•

§ 1º - No ato da posse, a Pró-Reitoria de Administração (PROAD) informará ao docente recém contratado sobre esta Resolução e sobre os formulários modelo de plano de trabalho e de relatório das atividades, todos disponíveis no site da PROAD, sendo que o docente deverá produzir o Plano de Trabalho e apresentá-lo à Assembleia Departamental no prazo de sessenta dias após a entrada em exercício."

Art. 2º. Alterar o inciso I do artigo 8º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

PUBLICADO EM Nº BOLETIM ADMINISTRATIVO

14 JUN 2013 / 035





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Universidade Federal de Ouro Preto Secretaria dos Órgãos Colegiados



- "Art. 8º Em relação a progressões, redistribuições e posse a partir de solicitações de vacância, devem ser observados:
- I. O desenvolvimento do servidor em estágio probatório na carreira docente observará a legislação vigente."
- **Art. 3º.** Acrescentar ao artigo 9º o inciso VIII que passa a vigorar com a seguinte redação:
  - "Art. 9º Ao servidor docente em estágio probatório somente poderão ser concedidas as seguintes licenças e afastamentos, conforme previsto na legislação vigente:
  - I licença por motivo de doença em pessoa da família;
  - II licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro (sem exercício provisório);
    - III licença para o serviço militar;
    - IV licença para atividade política;
    - V afastamento para exercício de mandato eletivo;
  - VI afastamento para estudo ou missão no exterior;
  - VII afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.
    - VIII afastamento para pós-graduação."

Ouro Preto, em 24 de maio de 2013.

Intrip

Prof. Marcone Jamilson Freitas Souza Presidente